

Zurich Brasil Capitalização S.A

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas

Submetemos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A., relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Conforme legislação societária fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual ajustado.

Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do semestre, o montante de R\$ 33.614 (R\$ 20.189 em 31 de dezembro de 2015). Os ativos financeiros estão classificados na categoria “Disponível para Venda” e “Ao Valor Justo por Meio do Resultado” em atendimento a Circular SUSEP nº 517 de 2015. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou no exercício de 2016 um lucro líquido de R\$ 59 mil (R\$ 711 mil em 31 de dezembro de 2015). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 39.058 mil ao final do exercício de 2016 (R\$ 28.862 mil em 31 de dezembro de 2015), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 24.849 mil

(R\$ 22.806 mil em 31 de dezembro de 2015).

As despesas administrativas atingiram R\$ 1.733 mil ao final do exercício de 2016 (R\$ 1.513 mil em 31 de dezembro de 2015).

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos baseada em Sarbanes-Oxley (SOX), para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. São de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich.

mento dos standards do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador e ressegurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em Tecnologia da Informação e Marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da Administração estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Seguradora.

Agradecimentos

A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		6.946	16.428
Disponível		899	442
Caixa e bancos	5	899	442
Aplicações	6	4.866	14.508
Créditos das operações de capitalização		461	461
Créditos das operações de capitalização	7	–	461
Títulos e créditos a receber		1.181	1.017
Créditos a receber		219	254
Créditos tributários e previdenciários	9	962	763
Não circulante		32.112	12.433
Realizável a longo prazo		28.761	5.681
Aplicações	6	28.748	5.681
Títulos e créditos a receber		13	–
Créditos tributários e previdenciários	9	13	–
Intangível		3.351	6.752
Outros intangíveis		3.351	6.752
Total do Ativo		39.058	28.861

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		3.562	1.350
Contas a pagar		1.153	575
Obrigações a pagar		793	563
Impostos e contribuições		360	12
Débitos de operações com capitalização		5	–
Depósitos de terceiros		19	18
Provisões técnicas – capitalização		2.385	757
Provisão para resgates		1.146	469
Provisão para sorteio		922	249
Outras provisões		317	39
Não circulante		10.647	4.705
Contas a pagar		1.601	–
Tributos Diferidos	9,b	1.601	–
Provisões técnicas – capitalização		8.789	4.629
Provisão para resgates		6.221	3.689
Provisão para sorteio		2.568	916
Outras provisões		–	24
Outros débitos		257	76
Patrimônio líquido		24.849	22.806
Capital social		21.867	21.867
Reservas de lucros		1.026	981
Ajuste de avaliação patrimonial		1.956	(42)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		39.058	28.861

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.867	439	(13)	–	22.293
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(29)	–	(29)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	710	710
Proposta para destinação do resultado:					
Reserva legal	–	36	–	(36)	–
Dividendos	–	–	–	(169)	(169)
Reservas estatutárias	–	506	–	(506)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.867	981	(42)	–	22.806
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	1.998	–	1.998
Lucro líquido do exercício	–	–	–	59	59
Proposta para destinação do resultado:					
Reserva legal	–	3	–	(3)	–
Dividendos	–	–	–	(14)	(14)
Reservas estatutárias	–	42	–	(42)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.867	1.026	1.956	–	24.849

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização em todo o território nacional.

O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 (21.867.173 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Seguradora Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 24 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (nº 11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado ao contrário, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independentemente da sua data de vencimento.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Créditos das operações com capitalização” e “Créditos a receber”. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) no mínimo anualmente.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras” no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas e despesas financeiras”.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Companhia avalia, anualmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita com títulos de capitalização		3.484	4.307
Arrecadação com títulos de capitalização	13, a	11.946	7.792
Variação da provisão para resgate		(8.462)	(3.484)
Variações das provisões técnicas		(254)	(52)
Resultado com sorteio		(3.901)	(1.076)
Custos de aquisição		(280)	(1.885)
Despesas administrativas		(1.733)	(1.513)
Serviços de terceiros		(460)	(133)
Localização e funcionamento		(1.080)	(1.204)
Publicações		(104)	(31)
Donativos e contribuições		(56)	(54)
Serviços compartilhados	14	(33)	(83)
Despesas administrativas diversas		–	(9)
Despesas com tributos		(308)	(323)
Resultado financeiro		3.056	1.735
Receitas financeiras	13, c	3.598	2.201
Despesas financeiras		(543)	(466)
Resultado operacional		63	1.194
Resultado antes dos impostos e contribuições		63	1.194
Imposto de renda	9, a	8	(246)
Contribuição social	9, a	(13)	(237)
Lucro líquido do exercício		59	711
Quantidade de ações	2,13	21.867,173	21.867,173
Resultado básico por ação em R\$	2,13	0,0027	0,0161

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	59	711
Ajuste de avaliação patrimonial	3.633	(53)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(1.635)	24
Total do resultado abrangente do exercício	2.057	682

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	59	711
Ajustes para:		
Amortizações	924	1.028
Constituição de provisão para contingências	180	76
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(11.426)	(6.900)
Créditos a receber	35	(254)
Créditos das operações de capitalização	461	(392)
Créditos tributários e previdenciários	(212)	218
Custo de Aquisição Diferidos	–	117
Obrigações a pagar	215	41
Impostos e contribuições	349	(438)
Outros passivos	1.601	–
Débitos de operações com capitalização	5	(389)
Depósitos de Terceiros	1	18
Provisões técnicas – capitalização	5.788	4.423
Caixa consumido pelas Operações	(2.020)	(1.741)
Atividades de Investimentos		
Recebimentos		
Intangível	2.477	–
Caixa gerado pelos Investimentos	2.477	–
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	457	(1.741)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	442	2.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	899	442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira;
- As perdas decorrentes do “teste de impairment” são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados por valor superior ao seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por impairment em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser

continua na página seguinte ...



Zurich Brasil Capitalização S.A.

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não negociou instrumentos financeiros derivativos.

2.5. Intangível

O ativo intangível é constituído por software e pela aquisição do canal de vendas do Banco Mercantil do Brasil S.A.. As amortizações estão sendo calculadas pelo método linear com base nas taxas de amortização informadas na Nota 8 e pelo período do contrato de direito de exclusividade de distribuição.

2.6. Impairment de ativos não-financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrerem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.7. Provisões técnicas

A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade de incentivo e tradicional.

(a) Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

É calculada sobre o valor nominal para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

(b) Provisão para Resgate (PR)

É constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da sua liquidação financeira, ou conforme os demais casos previstos em lei.

(c) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

É constituída a provisão para os sorteios que, na data da constituição, já tenham sido custeados mas ainda não foram realizados.

(d) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

É constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

(e) Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

É constituída com o objetivo de refletir o valor presente esperado das despesas administrativas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

(f) Taxa de carregamento

O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamento dos produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
Tradicional PM 03	1º ao 3º	81,54434
	4º ao 10º	21,54434
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23024
	40º ao 84º	8,00000
Compra programada Samsung Sempre	1º	8,00000
	2º ao 12º	1,705791
Tradicional PU 01	1º	19,14519
	2º	20,124378
	3º	15,124378
	4º	25,124378
	5º	25,124400
	6º	15,124400
	7º	15,124400
	8º	9,124400
	9º	9,124400
	10º	9,124400
	11º	9,124400

2.8. Principais tributos

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 20%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 no exercício.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% e 20% para o IRPJ e CSLL respectivamente. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.9. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.11. Apuração do resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos (PM) ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

2.12. Lucro líquido básico por ação

O lucro líquido por ação para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Companhia. Durante o período de reporte a Companhia não possuiu instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído.

2.13. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros.

Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP e CPC, a Administração está avaliando os impactos.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância.

A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações.

(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização.

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o

objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

- Caixa e equivalente de caixa.
- Ativos financeiros.
- Créditos das operações de capitalização.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)

Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)

Quotas de Fundos de Investimentos

Disponíveis para venda (nota 6)

Públicos

Créditos a Receber

Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização

Ativos não vendidos e não 'impaired'

2016

2015

Composição de carteira por classe e por categoria contábil

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)

Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)

Quotas de Fundos de Investimentos

Disponíveis para venda (nota 6)

Públicos

Créditos das operações de capitalização (nota 7)

Créditos a Receber

Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização

Ativos não vendidos e não 'impaired'

2016

2015

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há ativos financeiros com *impairment*.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil

Caixa e equivalentes de caixa

Ao valor justo por meio do resultado

Quotas de Fundos de Investimentos

Disponíveis para venda

Públicos

Créditos a receber

Exposição máxima ao risco de crédito

AAA

Sem Rating

2016

2015

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Fitch Rating, Standard & Pooors (S&P) ou equivalente quando o da Fitch ou S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

(i) Controle do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(ii) Gerenciamento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management – ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

6. Aplicações – circulante**(a) Classificação das aplicações**

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Títulos e classificações	Vencimento	Taxa de juros contratadas (%)	2016	%	2015	%
Ao valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimento de Renda Fixa	Sem vencimento	–	2.568	8%	5.163	26%
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro SELIC (LFT)	–	–	–	–	2.592	13%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	01/01/2025	16,48 a.a.	12.713	38%	–	–
Tesouro Prefixado (NTN-F)	01/01/2025	11,90 a.a.	2.053	6%	–	–
Tesouro Prefixado (NTN-F)	01/01/2025	12,08 a.a.	978	3%	–	–
Tesouro Prefixado (NTN-F)	01/01/2025	12,35 a.a.	978	3%	–	–
Tesouro Prefixado (LTN)	01/07/2019	15,59 a.a.	1.542	5%	9.345	46%
Tesouro Prefixado (LTN)	01/10/2017	15,74 a.a.	2.298	7%	1.172	6%
Tesouro Prefixado (LTN)	01/07/2019	16,74 a.a.	4.625	14%	1.917	9%
Tesouro Prefixado (LTN)	01/01/2020	13,85 a.a.	1.165	3%	–	–
Tesouro Prefixado (LTN)	01/01/2020	12,18 a.a.	1.085	3%	–	–
Tesouro Prefixado (LTN)	01/07/2019	12,05 a.a.	1.619	5%	–	–
Tesouro Prefixado (LTN)	01/01/2019	11,30 a.a.	1.990	6%	–	–
Total			33.614	100%	20.189	100%
Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários						
Ao valor justo por meio do resultado						
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos			2.568	–	2.568	–
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro Prefixado (LTN)			2.298	–	2.298	–
Tesouro Prefixado (NTN-F)			–	–	16.722	–
Total em 31 de dezembro de 2016			4.866		12.026	
Total em 31 de dezembro de 2015			14.508		3.089	
(b) Estimativa do valor justo						
A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:						
• Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo.						
• Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.						

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

	0 – 1 ano	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Quotas de fundos de investimento	2.568	–	–	2.568
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa públicos	2.298	12.026	16.722	31.046
Caixa e equivalentes de caixa	899	–	–	899
Créditos a receber	219	–	–	219
Total dos ativos financeiros	5.984	12.026	16.722	34.732
Provisões técnicas – capitalização	2.386	4.713	4.076	11.174
Passivos financeiros				
Obrigações a pagar	793	–	–	793
Impostos e contribuições	360	–	–	360
Total dos passivos financeiros	3.539	4.713	4.076	12.327
2015				
	0 – 1 ano	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Total

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimento

Títulos disponíveis para venda

Títulos de renda fixa públicos

Caixa e equivalentes de caixa

Créditos a receber

Total dos ativos financeiros

Provisões técnicas – capitalização

Passivos financeiros

Obrigações a pagar

Impostos e contribuições

Total dos passivos financeiros

(iii) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

	2016	2015
Quotas de fundos de investimento	5.163	–
Títulos disponíveis para venda		



Zurich Brasil Capitalização S.A.

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado			2.568			5.163
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	–	2.568	2.568	–	5.163	5.163
Títulos disponíveis para venda	31.046	–	31.046	15.026	–	15.026
Tesouro Prefixado (LTN)	14.325	–	14.325	2.592	–	2.592
Tesouro Prefixado (NTN-F)	16.722	–	16.722	12.434	–	12.434
Total aplicações	31.046	2.568	33.614	15.026	5.163	20.189

(c) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2015		Resgates	Rendimentos, Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2016	
	Aplicações						
Quotas de Fundos de Investimento	5.163	1.953	(5.207)	659	–	2.568	–
Tesouro SELIC (LFT)	2.592	–	(2.610)	19	(1)	–	–
Tesouro Prefixado (LTN)	12.434	–	(9.350)	1.286	942	14.324	–
Tesouro Prefixado (NTN-F)	–	13.122	(634)	1.562	2.672	16.722	–
Total	20.189	24.087	(17.801)	3.526	3.613	33.614	–

(d) Instrumentos financeiros por categoria

	Saldo em 31/12/2015		Resgates	Rendimentos, Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2016	
	Aplicações						
Quotas de Fundos de Investimento	3.737	13.053	(12.155)	527	–	5.162	–
Tesouro SELIC (LFT)	–	2.339	–	252	1	2.592	–
Tesouro Prefixado (LTN)	–	13.865	(12.350)	1.377	(37)	12.435	–
Total	3.737	29.257	(24.505)	2.156	(36)	20.189	–

7. Créditos das operações de capitalização**(a) Movimentação de créditos das operações de capitalização****Saldo em 31 de dezembro de 2015 (*)**

Títulos comercializados	461
Recebimentos no exercício	11.461
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.922)

(*) Referem-se a créditos a vencer em até 30 dias.

8. Intangível

Descrição	2016		2015		Taxa de amortização ao ano – %
	Amortização acumulada	Saldo	Amortização acumulada	Saldo	
Software (i)	1.988	(1.093)	894	1.292	10%
Canal de distribuição (ii)	3.204	(748)	2.456	5.460	10%
Total	5.192	(1.841)	3.351	6.752	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do intangível:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2015		Canal de distribuição (ii)	Total
	Software (i)	Saldo		
Amortizações	1.292	5.460	6.752	
Devolução recebida	(397)	(527)	(924)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	894	2.456	3.351	

(i) Refere-se ao sistema local "Zurich Cap" para operação de capitalização, sendo o início de amortização em maio de 2014, mês de emissão do primeiro título.

(ii) Contrato com prazo de 10 anos de distribuição, celebrado entre a Zurich Brasil Capitalização S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. Iniciado a amortização linear em setembro de 2014, período efetivo da comercialização dos títulos de capitalização. A Companhia realizou uma baixa no valor R\$ 2.477 referente à devolução realizada pelo Banco Mercantil do Brasil de uma parte do valor pago pelo canal de exclusividade.

9. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2016	2015
Créditos Tributários	115	34
IRPJ e CSLL a Compensar	844	695

(a) Movimentação das provisões técnicas – capitalização

	31/12/2015		Constituição líquida de reversão	Pagamentos	Atualização monetária e juros		31/12/2016
Provisão Matemática para Capitalização	4.145	2.816	–	–	365	7.326	–
Provisão para Resgate	13	5.646	(5.658)	–	40	41	–
Provisão para Sorteios a Realizar	1.043	1.812	–	–	106	2.961	–
Provisão para Sorteios a Pagar	122	2.089	(1.697)	–	15	529	–
Provisão para Despesas Administrativas	63	254	–	–	–	317	–
Total	5.386	12.617	(7.355)	–	526	11.174	–

(b) Ativos garantidores das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
Total das provisões técnicas a ser coberto	11.174	5.386
Ativos oferecidos em garantia		
Títulos Públicos (LTN e LFT)	31.046	15.026
Quotas de fundos de investimentos de Renda Fixa	2.568	5.163
Total dos ativos oferecidos em garantia	33.614	20.189
Suficiência de garantia das provisões técnicas	22.440	14.803
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 12.d)	1.478	1.116
Suficiência de Liquidez	20.962	13.687

11. Outros débitos – Provisões judiciais

a) Movimentação das provisões para processos fiscais e obrigações Legais:

	2015	2016
PIS/COFINS Receitas financeiras	76	180
Saldo das provisões judiciais	76	257

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2016, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2016 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2016; d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2016 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2016, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora,

12. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 21.867, está representado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por 21.867.173 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

	2016	2015
Reserva legal	68	65
Reserva estatutária	958	916
Reservas de lucros	1.026	981

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

(c) Dividendos propostos

São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	59	–
Reserva legal (5%)	(3)	–
Lucro líquido do exercício ajustado	56	–
Dividendos propostos	14	–

(d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

Descrição	2016	2015
Ajustes contábeis:		
Patrimônio líquido contábil	24.849	22.806
Ativos intangíveis	(3.351)	(6.752)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis – Canal de distribuição	1.620	–
Patrimônio líquido ajustado econômico	23.118	16.054

Capital base (a)

Capital adicional baseado no risco de subscrição

Capital adicional baseado no risco de crédito

Capital adicional baseado no risco operacional

Benefício da diversificação

Capital base de risco (b)

Capital Mínimo Requerido (maior entre (a) e (b)).

Suficiência de capital

A Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data base de 31 de dezembro de 2016, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Companhia adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital. Para 31 de dezembro de 2015, foi apurado utilizando os fatores constantes nos anexos da Resolução CNSP nº 321/15.

	2016	2015
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital adicional baseado no risco de subscrição	6.133	5.388
Capital adicional baseado no risco de crédito	331	312
Capital adicional baseado no risco operacional	109	31
Capital adicional baseado no risco de mercado	2.365	–
Benefício da diversificação	(1.550)	(150)
Capital base de risco (b)	7.388	5.581
Capital Mínimo Requerido (maior entre (a) e (b)).	10.800	10.800
Suficiência de capital	12.318	5.254

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado**(a) Arrecadação com títulos de capitalização por modalidade**

Modalidade	Arrecadação	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	7.809	(4.009)	(141)
Tradicional	4.137	108	(59)
Total	11.946	(3.901)	(200)

(b) Despesas com tributos

Modalidade	Arrecadação	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	1.025	(330)	(673)
Tradicional	6.767	(746)	(1.212)
Total	7.792	(1.076)	(1.885)

(c) Resultado financeiro

	2016	2015
Impostos Federais	3	–
COFINS	(215)	(236)
PIS (35)	(38)	–
Taxa de fiscalização	(61)	(49)
Total de despesas com tributos	(308)	(323)

(d) Resultado financeiro

	2016	2015
Rendimento das aplicações de renda fixa	3.526	2.156
Receita com atualização de crédito tributário	73	46
Despesas financeiras com operações de capitalização	(526)	(466)
Despesas com atualização de débitos tributário	(17)	–
Total resultado financeiro	3.056	1.736

14. Partes relacionadas

A Zurich Brasil Capitalização S.A. teve transação de despesas administrativas comparilhadas com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.:

	2016	2015
Ativo e passivo	–	–
Receitas e despesas	(33)	(83)

Os valores de remuneração dos administradores da Zurich Brasil Capitalização S.A. fazem parte das demonstrações financeiras da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

15. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORESEdson Luís Franco
Marcio Benevides XavierCarlos Roberto Toledo
Gláucia Asvolinsque Diogo de Faria Smithson**CONTADOR**

Fernando Viana dos Reis – CRC 1SP 269.442/O-4

ATUÁRIO

Fernanda Lores – MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Acionistas e Administradores da

Zurich Brasil Capitalização S.A.

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Zurich Brasil Capitalização S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2016, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2016.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

Membros

Edson Saraiva João Aldemir Dornelles Julio de Albuquerque Bierrenbach

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES



Zurich Brasil Capitalização S.A

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Zurich Brasil Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP 127.241/O-0



Mentes criativas estão sempre bem informadas

Seção temática Inovação e Tecnologia. Todas as quintas-feiras no DCI.

DCI
Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

Vamos ao que interessa.

Quem quer o seu bem,
planta informação
de qualidade.

Sustentabilidade

SUSTENTABILIDADE
TERÇA-FEIRA

GESTÃO E CARREIRAS
QUARTA-FEIRA

No mercado de produtos para
Anauger afirma atuar com dire

A utilização
captar água

ESTIAGEM
Camilla Abud
São Paulo
camilla@dcicom.br

• Ao tornar o usuário independente de rede elétrica e hídrica, a utilização de bombas de captação e transferência de água virá um mercado promissor. Atenta à questão sustentável, a brasileira Indústria de Motores Anauger afirma investir em tecnologia de ponta, com luz solar.

Seção temática Sustentabilidade.
Todas as terças-feiras no DCI.

DCI
Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

Vamos ao que interessa